PROGRAMA DE CONCURSO
EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA

1. Identificação do Procedimento 3
2. Objeto do Procedimento 3
3. Entidade Adjudicante 3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar 3
5. Fundamentação da escolha do concurso público 3
6. Acesso às peças do procedimento 3
7. Órgão competente para prestar esclarecimentos 3
8. Preço base 3
9. Documentos que constituem a proposta: 3
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta: 4
11. Alvará: 4
12. Propostas variantes 4
13. Prazo de apresentação das propostas 4
14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem 4
15. Prazo de manutenção das propostas 4
16. Critério de desempate na avaliação das propostas 4
17. Critério de adjudicação 4
18. Consultores e estudos de apoio à decisão 4
19. Modalidade jurídica de associação de empresas 5
20. Caução 5
21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário 5
22. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação 5
23. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras 6

24. Despesas e encargos do concorrente 6

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO 7

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP] 7

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO 8

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] 8

ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS 9

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público n.º **2/2023 - # 285150 - Empreitada de construção de 2 habitações T3, para apoio a famílias em situações de vulnerabilidade**

2. Objeto do Procedimento

Empreitada de construção de 2 habitações T3, para apoio a famílias em situações de vulnerabilidade

3. Entidade Adjudicante

Município de Tomar

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal de Tomar, por delegação de competências, através da deliberação de Câmara, de 20 de outubro de 2021, despacho n.º 121/PR/2023 de 09 de janeiro de 2023.

5. Fundamentação da escolha do concurso público

Critério do valor definido no artigo 19.º, al. b), do CCP.

6. Acesso às peças do procedimento

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.

7. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Júri.

8. Preço base

160.000,00€, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

9. Documentos que constituem a proposta:

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:

a) Declaração emitida conforme modelo Anexo I;

b) Preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA;

c) Nota justificativa do preço proposto;

d) Lista dos preços unitários, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho;

e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;

f) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º, do Código da Contratação Pública (CCP), que procederá à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o concorrente se propõe a executá-los, bem como à definição do correspondente plano de pagamentos;

10. Idioma dos documentos que constituem a proposta:

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

11. Alvará:

9º sub-categoria da 1ª categoria, a qual tem que ser de classe que cubra o valor da proposta.

12. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

13. Prazo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23:59 horas do 14º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação.

14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

15. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

16. Critério de desempate na avaliação das propostas

Critério: Preço efetivo da proposta.

17. Critério de adjudicação

O critério da proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta os critérios definifos no Anexo III.

18. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

19. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

20. Caução

Não será exigível a prestação de caução.

21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Programa de Concurso;

2. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontram nas situações previstas nas alíneas d) e e) do art.º 55.º do CCP;

3. Certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;
5. Alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.

Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

22. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 2 dias.

3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.
4. O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, pode constituir contra-ordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

23. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

24. Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

25. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omisso no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), na sua atual redação e restante legislação aplicável.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ([1])... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro

aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([2]) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ([3]):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ([4])].

---

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

[4] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ([5])... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([6]) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica…como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ([7])] os documentos comprovativos de que a sua representada ([8]) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ([9])].

[5] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[6] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[7] Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

[8] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[9] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Avaliação de propostas

As propostas serão avaliadas numa escala de 0 a 20 e mediante o critério multifatorial. Os 3 (F)atores de avaliação e respetiva ponderação, são os seguintes:

- F1 – Preço, com a ponderação de 70%
- F2 - Prazo de Execução e Instalação, com a ponderação de 10%
- F3 - Área das habitações, com a ponderação de 20%

Modelo e demonstração

F1- Preço para as duas habitações com a ponderação de **70%,** a avaliar da seguinte forma:

Preço Base (Máximo aceitável) **160.000,00** não incluindo o IVA

Preço mínimo valorizável no valor de **100.000,00 €**

$$Pa = \frac{PB - Pp}{PB - Pm} \times 20$$

Em que:

Pa – Nota a atribuir ao fator "Preço Aquisição"

PB – Preço Base; 160.000,00 €

Pp – Preço apresentado na Proposta

Pm – preço mínimo valorizável; 100.000,00 €

F2- Prazo de Execução, com a ponderação de **10%,** sendo que o máximo aceitável é de **120 dias** e o mínimo valorizável é de **30 dias**

$$PEx = \frac{PzMX - PzPp}{PMX - Pmn} \times 20$$

Em que:

PEx – Nota do fator Prazo de Execução

PzMX – Prazo Máximo aceitável 120 dias (Excluem-se propostas com prazo superior)

PzPp – Prazo Proposto pelo concorrente

Pmn – Prazo mínimo valorizável 30 dias

F3- Área útil; com a ponderação de **20%,** sendo que a área mínima exigida para T3 é de **91m2** e o máximo valorizável 124m2 por cada habitação.

$$ÁreaÚtil = (1 - \left(\frac{ArMX - ArPp}{ArMX - Armn}\right)) \times 20$$

Em que:

ÁreaÚtil = Nota do fator "Área Útil"

ArMX = Área Máxima valorizável que é de 124 m2 incluindo um alpendre com cerca de 7m2

ArPp = Área apresentada na proposta

Armn – Área mínima aceitável 91m2 (excluem-se propostas com áreas inferiores)

Valor Final de cada proposta

$$Vfp = 0{,}70PAq + 0{,}10PzEx + 0{,}20\ ArÚtil$$

Em que:

Vfp – Nota final da proposta

PAq – Preço de Aquisição

PzEx – Prazo de fornecimento e instalação

ArUtil - Área Útil da habitação

Mediante a aplicação deste método será avaliada cada uma das propostas numa escala de 0 a 20 valores e ordenadas em função do resultado final, donde se deduz o possível adjudicatário, ou seja, o concorrente posicionado em 1.º lugar.

Obs; são excluídas as propostas que não apresentem de forma explícita e compreensível os atributos para avaliação das mesmas.